



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
25 de Abril de 2018



ACTA N.º 2

-----Aos vinte cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal e António João Lopes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Rita Sofia Gaspar Marques, em substituição do senhor deputado António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição do senhor deputado Mário Pereira Gonçalves, João José Monteiro Figueira, em substituição da senhora deputada Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandra Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição do senhor deputado Mário Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificações das faltas dos senhores deputados António Gonçalves Cardoso, Mário



Assembleia Municipal

Pereira Gonçalves, Elisabete Simões Oliveira, Mário Rui Adrião Gonçalves e Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

1 - Leitura do expediente. -----

-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal**, informou que “dos remetentes a Plataforma Precários do Estado, ofício sobre a regularização de trabalhadores precários – este assunto já foi respondido; do Município de Oliveira do Hospital, convite para a cerimónia de abertura da Festa do Queijo da Serra da Estrela; ainda do Município de Oliveira do Hospital, convite para o almoço solidário Festa do Queijo da Serra da Estrela; da União e Progresso do Rochel, convite para o almoço do 59º aniversário da União e Progresso de Rochel; uma carta da Associação Nacional de Assembleias Municipais, para o segundo encontro Nacional de Presidentes de Assembleias Municipais, é o primeiro congresso da ANAM, em 19 de Maio; uma carta da empresa Águas de Coimbra, para um convite de uma exposição; do Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Arganil, convite para o evento comemorativo do 24º aniversário; da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, convite para a Feira de Maio, festa da Freguesia; e ainda do senhor deputado municipal António João Lopes, temas de interesse municipal.-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

2 - Discussão e votação da Acta da Sessão nº 1, realizada no dia 24 de Fevereiro de 2018. -----

-----Não havendo registo de intervenções a acta foi aprovada por maioria, com três abstenções.-----

3 - Assuntos de Interesse para o Município. -----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que “temos uma novidade que é a apresentação de um painel com os tempos que estão distribuídos para este período Antes da Ordem do Dia; estes tempos são só para o período Antes da Ordem do Dia, porque depois os pontos da ordem de trabalhos também têm os seus tempos e que são equivalentes a estes, à excepção do Orçamento e da Prestação de Contas, cujo tempo é mais alargado. Vão poder acompanhar os tempos destinados e o tempo usado a cada uma das bancadas; a laranja, a bancada do PSD; a rosa, a bancada do PS; a vermelho, a bancada da CDU e a azul, os cidadãos independentes; a Câmara Municipal aparecerá noutra janela a verde, que é a cor do Município.”-----

-----Queria apenas sublinhar o simbolismo desta Assembleia Municipal se realizar no dia 25 de Abril, o dia da Implementação da Democracia, o Dia da Liberdade, um dia já longínquo, mas que nunca, em nenhuma circunstância, pode deixar de ser recordado como um dia importante para a transformação do nosso país e a razão porque estamos aqui para, em Democracia e em Liberdade, discutir aqueles que são os principais temas e os principais desafios do futuro do concelho. Como Presidente da Assembleia Municipal, não queria deixar de enaltecer e registar o simbolismo deste dia e desta Assembleia reunir precisamente no dia 25 de Abril, um dia tão importante para todos e para cada um de nós.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** que referiu que “vou tentar ser breve; tenho um conjunto de assuntos que gostava de referir, para os quais solicitava, tanto quanto possível, alguns esclarecimentos ou o enquadramento possível por parte do Senhor Presidente da Câmara. Dois pontos prévios que achamos que têm interesse para o Município, não tanto que derivam da actividade estritamente municipal, mas porque representam dois acontecimentos que me parece que vale a pena chamar a atenção; antes de mais, um voto de solidariedade para com a Filarmónica Pátria Nova, de Côja, por via dos acontecimentos que aconteceram recentemente na deslocação a Gondelim, Penacova; expressar aqui todo o apoio, solidariedade, do grupo parlamentar do Partido Socialista, do PS de Arganil, e de todos nós pessoalmente, e a disponibilidade de apoiar, dentro do possível, para rápido restabelecimento das actividades normais da Filarmónica.”-----

-----Gostávamos também de deixar uma nota de pesar pelo recente falecimento do director da Comarca de Arganil; estamos a falar de uma figura que representou uma posição que nos merece toda a consideração enquanto director de uma referência local e regional; apesar de termos tido um percurso em termos políticos, de franca Oposição, estivemos em lados opostos, antes e depois do 25 de Abril, estes momentos servem para reconhecer aquilo que nos une, as coisas positivas que aconteceram ao longo de uma vida também dedicada ao regionalismo e ao engrandecimento do concelho de Arganil e por esse facto queremos deixar aqui um voto de pesar, pelo recente falecimento do Dr. Lopes Machado.”-----



Assembleia Municipal

-----Quero também congratular-me com o anúncio da obra de intervenção no IP3, pois foi anunciado o perfilamento tipo auto-estrada, em 85% do traçado do IP3 e essa intervenção, a transformar radicalmente, sobretudo em conforto e segurança, uma grande parte importante das acessibilidades ao concelho de Arganil e à Beira Serra e o facto dessa transformação não implicar o surgimento de portagens parece-nos importante e um ponto a chamar à atenção neste fórum.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, membros de Executivo: passaram seis meses da tomada de posse do executivo autárquico, fez agora no dia 23, e julgo que é altura de fazermos um primeiro balanço sobre a actividade autárquica do executivo do PSD. Todos, de um lado e de outro, temos percepções se calhar distintas, o que era importante tentar perceber neste momento é que parece-nos que tem sido um mandato que até agora se tem mostrado por alguma passividade, alguma mais reacção do que ação, e algum pouco rasgo e apresentação de poucas ideias diferenciadoras e de uma vontade, senão de romper com hábitos passados, pelo menos não se vislumbra uma atitude diferenciadora em termos de planeamento e de organização de um futuro diferente, num contexto local de algum desânimo. Os sinais que nos são dados destes seis meses de executivo, reflectem-se na sensação que nos é passada pelos munícipes e pela expressão mediática até nas alturas em que têm oportunidade de o fazer e digo isso nomeadamente em sessões públicas, em que alguns actores, sobretudo a parte económica do concelho, se demonstram de alguma forma desanimados, de alguma forma inseguros, no que diz respeito aos próximos passos e à estratégia definida para o Município. Estes 6 meses não nos deram garantias que a Câmara está a preparar, como eu diria com alguma antecipação, o que pode ser uma viragem no marasmo económico do concelho, no inverno demográfico e na quebra da relevância local e regional. Para, no fundo, provar essa atitude de alguma expectativa e de alguma gestão corrente, ou gestão à vista, e falta de estratégia de futuro, julgo que um dos exemplos podemos referi-lo nas questões das obras aqui na vila. Foram convocados os munícipes para uma sessão que se chamava apresentação das alterações ao projecto de requalificação urbana da vila de Arganil; eu não pude estar, mas tive oportunidade de ver a sessão na internet, pela transmissão do site da Comarca de Arganil; a dada altura o Senhor Presidente refere que afinal de contas o que estávamos a ver não era a apresentação do projecto mas sim a abertura à discussão de uma proposta. Senhor Presidente, julgo que neste momento esta indecisão e esta falta de celeridade neste processo, não está a sossegar e a trazer serenidade e segurança tanto aos negócios que estão implantados quanto ao dia-a-dia e à rotina dos arganilenses e, neste momento, o que precisamos é de decisões, de celeridade e de competência e não de uma tentativa de transmissão do ónus dos erros que já foram cometidos, para uma discussão supostamente aberta, mas que neste momento apenas passa por um tardar de assunção de responsabilidades e de decisões. As obras foram suspensas em Agosto de 2017 previsivelmente estarão suspensas, eu diria até ao final de 2018, na melhor das hipóteses, e o que



Assembleia Municipal

gostávamos de saber é para quando é que teremos a versão final do projecto, quando é que temos procedimento novo, quando é que os trabalhos vão ter início, quando é que as obras estão concluídas e quando é que a vida normal dos arganilenses poderá acontecer. Digo isto porque há erros que são mensuráveis e eles serão mensuráveis e teremos oportunidade de os contabilizar e de os discutir. São mensuráveis os erros de projecto, os custos das horas dos funcionários da Câmara para o fazer, são mensuráveis os trabalhos que já estão feitos e que na apresentação do projecto que foi feita, implicam o total remoção, digo a total remoção; são mensuráveis os procedimentos são mensuráveis e são perspectiváveis as complicações que teremos com a empreitada em curso. E há outros custos que não são directamente mensuráveis mas que caem indirectamente sobre a vida e sobre a rotina e sobre os actores da realidade sócio-económica da vila de Arganil, e que vão sofrer, não sabem se mais um ano, se mais um ano e meio, ou se mais dois anos. Nessa sessão o Senhor Presidente disse que não sabia quanto tempo mais iria durar a obra e alguém disse que de certeza que ela é inaugurada antes das próximas eleições; Senhor Presidente, isto era cómico, se não fosse trágico.-----
-----Há outro assunto para o qual gostava de chamar a atenção, que tem a ver com as demolições pós incêndios; aconteceu uma derrocada no Solar Abreu Mesquita em Vila Cova do Alva, e devo lembrar que o Solar Abreu Mesquita é referenciado nos folhetos oficiais das Aldeias do Xisto como um ponto de referência da Aldeia de Xisto de Vila Cova do Alva e foi referenciado precisamente pelo seu interesse patrimonial. Em relação ao que aconteceu ao edifício precisamos de saber se estava referenciado como um edifício em risco de ruína e não foram tomadas as devidas precauções, ou se não estava e é preciso perceber porque é que não estava e se há a possibilidade de haver outras situações análogas, no contexto dos edifícios atingidos pelos incêndios. No caso específico do Solar Abreu Mesquita, estamos a falar de um imóvel com interesse municipal, um imóvel patrimonial, e a lógica de demolição do imóvel é, quanto a mim, ela própria, um crime que lesa património porque não estão a ser tomadas as devidas precauções na salvaguarda de elementos arquitectónicos, de cantarias, de elementos decorativos, etc, que poderiam e deveriam e julgo até, se calhar no seguimento de fichas de caracterização do edificado da própria aldeia do xisto, ser salvaguardado e acho que deve ser uma preocupação do município, nas próximas demolições eventuais; estou a lembrar-me de casos claros em Anseriz ou na Cerdeira.-----
-----Senhor Presidente gostava ainda de saber, em relação a demolições recentes, se já temos alguma ideia, alguma solução, para o espaço que está coberto por um panal há tempo suficiente aqui na Praça Simões Dias; e chamo a atenção que há 3 edifícios que confinam directamente com as intervenções no centro histórico de Arganil e que o timing de intervenção nas ruas pode não estar compaginado com o timing de intervenção dos edifícios, sejam eles previstos, cabimentados, como por exemplo o caso da intervenção de recuperação do Hospital Condessa das Canas,



Assembleia Municipal

este edifício na Praça Simões Dias e o Cineteatro Alves Coelho que, mais tarde ou mais cedo, teremos que voltar a falar dele.-----

-----Para terminar gostava de perguntar ao Senhor Presidente o que é que nos pode dizer, se sabe alguma coisa, sobre a situação da TRANSDEV e da sua eventual realocação para fora do concelho de Arganil, em termos funcionais.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Luis Gomes** que referiu que “a minha intervenção é relacionada com uma questão, para obter uma resposta concreta do Senhor Presidente da Câmara acerca do ponto da situação da EN 342; foi aqui afirmado pelo Senhor Presidente, salvo erro na primeira reunião da Assembleia deste ano, que segundo informações colhidas junto da Infra-estruturas de Portugal, a obra seria lançada até final do primeiro trimestre deste ano; creio que não há notícias sobre isso e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse da situação da obra, em termos concursais, em termos de adjudicação, se tiver essa informação.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** referindo que “hoje comemoramos o 25 de Abril por isso desejo que estes nossos trabalhos sejam cada vez mais eficientes e seja possível à Assembleia Municipal trazer ideias para que o executivo, que é a Câmara, consiga realizar obras de mérito para todos. Tenho aqui alguns assuntos, um deles, que volto a referir, já falei dele na última Assembleia, é o nome que foi dado a uma rua em Côja; o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha havido uma Assembleia de Freguesia que votou por unanimidade a inclusão desse nome, a verdade é que houve uma Assembleia de Freguesia que votou contra esse nome, por unanimidade; espero que essa decisão da Assembleia de Freguesia do mandato anterior seja executada.-----

-----Outro aspecto que me parece importante, aqui em Arganil, não sei se é responsabilidade da Câmara ou da Junta, é a passagem de peões pedonal que foi feita junto ao Hotel, ao lado e por cima da ribeira, que está danificada; era conveniente ter-se algum cuidado porque passam ali crianças e jovens das escolas e isso é importante para evitar qualquer acidente.-----

-----Outro assunto que me foi exposto foi sobre o aspecto do ambiente em Arganil; há uns anos foram colocados oleões, aqueles equipamentos para recolher o óleo de frituras que são bastante inconvenientes para o funcionamento das estações de tratamentos de esgotos; esses oleões foram retirados, é possível que não tenha havido grande entusiasmo em utilizá-los, no entanto era conveniente que se espalhassem pelo município e com avisos à população do interesse dos mesmos.-----

-----Outro aspecto que me parece extremamente importante é sobre o aspecto da cultura do município; já foi referido o Teatro Alves Coelho, mas há vários prédios no município, extremamente grandes e fora de uso, que me parece que a Câmara devia ter alguma opinião para que estes prédios não viessem a cair como aquele de Vila Cova de Alva; um deles é na freguesia da Cerdeira, entre Cerdeira e Monte Frio, um



Assembleia Municipal

prédio com mais de 500 metros quadrados, que foi construído julgo que completamente ilegal, mas já há 5, 6, 7 anos; está fechado, para venda, qualquer dia é degradado. Outro é o antigo Hotel de Pombeiro, deixou de funcionar como Hotel; se não houver da parte da Câmara ou da Junta, qualquer interesse, degrada-se e o município fica mais pobre; é evidente que eu não estou a falar só em investimento, é necessário criar condições para que todos esses prédios sejam habitados ou usados. Outro é no Barril de Alva, há dois prédios significativos que estão também em degradação; um, dos herdeiros dos proprietários dos antigos Armazéns do Chiado e outro chamado o Brasileiro, à entrada do Barril, um prédio perfeitamente fora do enquadramento arquitetónico da região, mas que pode traduzir um pouco da história nacional, porque encontram-se prédios daquele tipo na zona do Minho, e que está também a caminho de alguma degradação. Estes prédios parece-me que seriam de ser olhados com algum interesse cultural, se não fosse só económico.-----
-----Na Benfeita era conveniente melhorarem-se os acessos à população de estrangeiros, pois o caminho foi danificado pelo uso de viaturas pesadas.-----
-----Em Côja os esgotos continuam a ser fonte de cheiros desagradáveis.-----
-----Continua a faltar o estacionamento para deficientes aqui em Arganil e no concelho.-----
-----A internet dos jornais continua a não existir e a internet que foi colocada em Côja não dá grande aproveitamento porque aquela zona central não atinge e a antena foi colocada numa zona bastante baixa, por isso propunha que fosse revista essa situação.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Tamára Simão** que referiu “Oderigassete disse: a Europa é uma contínua evolução política e científica e a história é a sua ferramenta essencial. De facto, e como Emanuel Mácron, presidente francês, referiu no passado dia 17 de Abril, ninguém quer uma geração de sonâmbulos que não tem noção da sua própria história. Por isso, hoje, dia 25 de Abril, pensemos e reflectamos na nossa história. Começar uma frente de oposição à esquerda do regime é por volta dos anos 50 o objectivo de Mário Soares. É nesta altura que se começa a fazer viagens à Europa e foi ele que proporcionou uma grande influência na posição de Portugal na Europa. Em 1964 a ASP, Associação Socialista Portuguesa, é formada clandestinamente e é a partir daqui que se começa a ter uma ligação mais próxima com a Europa. É com esta proximidade à Europa e com as viagens de Mário Soares e seus companheiros pela Europa, que estes contactaram com um mundo diferente, com liberdades que não se conheciam em Portugal e é a partir daqui que Portugal se dá a conhecer às comunidades europeias. O objectivo não era apenas formalizar o socialismo com a Europa unida, era iniciar um projecto que se pautasse pela abertura de um Portugal democrático à Europa, dar a conhecer Portugal à Europa e dar a conhecer a Europa a Portugal. Logo após o 25 de Abril, a integração de Portugal na Europa era um objectivo político, e que não restem dúvidas, a credibilidade que Soares e o Partido Socialista construíram na



Assembleia Municipal

Europa, durante o exílio, são um factor chave da credibilização para a evolução; que não restem incertezas. A nossa revolução, a nossa democracia, a nossa liberdade passou, e passa pela Europa. Pensar numa democracia portuguesa é também pensar numa democracia europeia. Num contexto internacional onde a Hungria surge num ranking como o país mais populista da União Europeia, com 66%, onde a Itália espelha a instabilidade política e movimentos populistas em crescimento, onde a Polónia é acusada por violar direitos fundamentais e valores democráticos da União Europeia, onde a Escócia revoga uma clara falta de transparência democrática no processo Brexit numa altura em que a União Europeia representa para muitos um mero saco de fundos estruturais, o meu apelo hoje é: reflectamos na nossa história, reflectamos na Europa, reflectamos nos 61 anos do Tratado de Roma e nos 61 anos que a Europa não conhece guerra; reflectamos no ideal europeu, com existência pacífica, solidariedade, apoio mútuo, e prosperidade construída na base da cooperação. Reflectamos naquilo que a nossa democracia representa, naquilo que a Europa representa para nós. As próximas eleições para o Parlamento Europeu estão próximas e devemos reflectir também naquele que é precisamente o nosso único órgão democrático na União Europeia e naquela que é a nossa única representação nesta instituição. Como cidadãos portugueses somos também cidadãos europeus e no dia que se louva a democracia e a liberdade portuguesas, que se louve também a democracia europeia, pois a nossa democracia passou e passa pela Europa. Viva a democracia, viva a liberdade, viva Portugal, viva a Europa.”-----

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Fernanda Pacheco**, dizendo que “estando diretamente ligada à Educação neste concelho, não podia deixar de congratular o atual executivo, não esquecendo o anterior, pelas duas obras que recentemente foram realizadas neste setor, o setor da educação.-----

-----Refiro-me à requalificação das Escolas Básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Sarzedo e de Pomares, cujas novas instalações foram inauguradas nos dias de 7 de março e 15 de abril, respetivamente.-----

-----São renovadas e modernas instalações, dotadas de excelente equipamento que convida ao ensino - aprendizagem e, espero eu, que convide ao gosto pela escola, ao gosto por aprender, por parte dos nossos alunos e crianças.-----

-----Foi, sem dúvida, uma aposta do Município bastante exigente, dispendiosa, mas imprescindível para a educação.-----

-----Como é o conhecimento de todos, no caso de Pomares houve um investimento que ultrapassou os 200 mil euros, suportado integralmente pelo Município de Arganil e no caso do Sarzedo, a obra teve o valor de 800 mil euros, dos quais 500 mil resultam diretamente do orçamento da autarquia.-----

-----Finalizo, com as palavras do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Luís Paulo, que numa das inaugurações referiu que: “As nossas crianças e os nossos jovens são o futuro do nosso concelho, sendo prioritário assegurar condições para que lhes seja



Assembleia Municipal

ministrada preparação e qualificação de excelência”, já que “os primeiros anos de escolaridade são fundamentais para o percurso dos nossos alunos”.-----
-----Foram palavras do Sr. Presidente com as quais concordo.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **André Vicente**, que referiu que “hoje é um dia especial para todos os portugueses. O 25 de Abril de 1974 foi um dia de conquistas. Conquistas importantes, como a liberdade, em todos os seus tipos, e a democracia.-----

-----Os jovens da minha geração terão sempre uma enorme dívida de gratidão para com quem lutou por esses direitos. Direitos fundamentais que, por vezes, desvalorizamos por os considerarmos como dados adquiridos. Mas não o são. É importante estarmos atentos a tudo o que se vai passando à nossa volta. E, portanto, neste dia, mais do que prestar homenagem a todos aqueles que lutaram para que o 25 de Abril fosse uma realidade e a quem devemos tanto, é importante também fazer uma reflexão do modo como esses direitos existem actualmente na sociedade. É este o desafio que eu faço.-----

-----Passados mais de 40 anos do 25 de Abril, têm surgido casos que me deixam de alguma forma preocupado e que certamente desapontam quem tanto lutou pela liberdade. Senão, reparem senhores deputados. Quando existe um organismo da Administração Pública a recomendar a retirada de livros das bancas...é preciso reflectir; quando um grupo de estudantes se organiza para cancelar uma conferência só porque as opiniões do orador não são consensuais... é preciso reflectir; quando passou a existir o direito voto, no entanto, mais de 4 milhões de eleitores não o exercem actualmente... é preciso reflectir; quando parece não existir o direito de defender opiniões, tenham elas fundamento ou não, e que o caminho mais fácil é censurar/eliminar, como algumas vezes acontece nas redes sociais... é preciso reflectir.-----

-----Defender a liberdade de expressão para quem diz coisas com as quais concordarmos é fácil. Como dizia Pacheco Pereira na “Quadratura do Círculo”: “Eu defendo o direito de liberdade de expressão das pessoas que dizem exactamente aquilo que até me pode provocar repulsa. O único limite para a liberdade de expressão é o crime.”-----

-----Portanto, esta forma como se encara muitas vezes alguém que tem uma opinião diferente à nossa é algo que me custa a compreender. As divergências são naturais e saudáveis em democracia. A opção tem de ser pelo debate e não pela censura.-----

-----Em suma, o 25 de Abril trouxe muitas conquistas nas diversas áreas da sociedade. Contudo, ainda existem muitos desafios pela frente, como aumentar a participação cívica dos jovens.-----

-----Aproveitando a celebração do dia da liberdade, gostaria de participar civicamente nesta assembleia, trazendo alguns assuntos que considero relevantes para o nosso concelho.-----



Assembleia Municipal

-----No passado dia 6 de março, foi aprovado por unanimidade na reunião de câmara a adjudicação da empreitada de reabilitação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha à empresa Ambiágua no valor a rondar 1 milhão e 145 mil €, financiada a 85% por fundos comunitários. Esta é uma obra há muito ansiada pelos sarzedenses (porventura há tempo de mais), sobretudo por ser uma questão ambiental e de saúde pública. O contrato ainda não está disponível no portal BASE mas julgo que será uma questão de dias e aproveito para questionar o executivo para quando está previsto o início das obras.-----

-----A sra deputada Fernanda Pacheco teve oportunidade de falar sobre a inauguração da escola do Sarzedo e de Pomares, que me deixa extremamente satisfeito, e associo-me às suas palavras. Na inauguração da escola do Sarzedo, o sr Presidente da Câmara Municipal teve oportunidade de, em frente à sra secretária de Estado Adjunta e da Educação, partilhar com os presentes que existia uma garantia informal (portanto, nada oficial) relativamente à requalificação da Escola Secundária de Arganil. Eu gostaria de questionar o sr presidente para perceber se houve algum comentário/alguma novidade em *off por parte* da sra secretária de estado relativamente a essa matéria (que possa ser partilhado naturalmente), uma vez que a Sra Secretária de Estado não tocou nesse assunto no seu discurso, que foi realizado após essa inconfidência do sr presidente. Para além disso, aproveitava também para deixar a sugestão de melhorar a questão da sinalética, uma vez que tenho conhecimento de vários casos em que pessoas de fora em vez de irem ter à Escola Secundária de Arganil foram ter à EB 2,3, o que em si é um sinal de que é algo que tem que ser melhorado.-----

-----Os municípios de toda a Europa tiveram oportunidade de, a partir de 20 de março, se candidatarem ao financiamento de um programa da UE (que ronda os 120 M€) para criar pontos de acesso wi-fi gratuitos em espaços públicos, nomeadamente museus, bibliotecas, parques e praças. A iniciativa designa-se por WiFi4EU e basicamente consiste na oferta de vales de 15.000€ aos municípios para a instalação desses mesmos pontos de acesso, sendo que os custos de manutenção serão da responsabilidade das autarquias. Neste sentido, e tendo conhecimento de que o município de Arganil se candidatou a este programa, gostaria que o executivo fizesse um ponto de situação.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Teixeira**, que referiu que “tendo em conta que agir politicamente é levar a cabo, dentro das competências exercíveis, as medidas mais adequadas à melhoria da qualidade de vida e garantia do bem-estar de uma determinada população num determinado espaço a curto, médio e longos prazos, não considera o Exmo. Sr. que seria pertinente destinar uma fatia do Orçamento Municipal reservada à área da Educação para a atribuição de bolsas de Estudo a jovens Arganilenses que, findando o Ensino Secundário, pretendam, mas se encontrem limitados ou mesmo impedidos (por razões de cariz



Assembleia Municipal

sócio-económico) continuar a sua formação pessoal, técnica e moral no Ensino Superior?-----

-----Tal bolsa poderia, deveria até, dentro dos limites orçamentais da própria autarquia, atender ao nível de precariedade de cada um dos candidatos, sendo o seu montante a este directamente proporcional.-----

-----Este apoio facilmente acarretaria como impactos imediatos: 1) o reforço do vínculo afectivo destes jovens à sua terra natal; 2) maior qualificação técnica acessível a um maior número de jovens de forma democrática (em consonância com os princípios consagrados na CRP), impactos esses que, mediamente, contribuiriam para 1) fixar estes jovens em Arganil e as famílias que eventualmente venham a constituir quando jovens deixarem de ser e passarem a adultos, combatendo o crescentemente grave problema demográfico, 2) garantir quadros técnicos especializados sem necessidade de os “importar” a outros concelhos e, por último, 3) assegurar uma diversidade de formação qualificada de empresários, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria que reanimariam a vida económica do município (e tudo o que a partir dela vem como acréscimo) ou, pelo menos, evitariam a sua contínua degradação.”-----

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Ivone Inês Borges** que disse “quero salientar dois pontos; dar uma nota positiva pelo evento Arganil Rock se ter realizado novamente; as associações juvenis juntaram-se novamente para que este evento se pudesse realizar, visto que no ano passado não o pudemos ter, mais uma vez numa data em que a grande maioria dos jovens regressa às suas origens e pode estar junto dos que ainda cá estão, para convívio. Fazer uma nota também todos nós temos acesso ao boletim e ao Portal em que Arganil subiu 8 posições no ranking das melhores cidades para viver, para investimento e para turismo.”-----

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Maria José Silva** referindo que “gostaria, em primeiro lugar, de agradecer os momentos de reflexão que foram aqui trazidos por alguns deputados acerca do 25 de Abril.-----

-----Quero também congratular-me com o anúncio da requalificação do IP3 e esperar que não tenha esta requalificação, o destino e que não decorra tão demoradamente como tem decorrido a nossa EN 342, assunto que já foi aqui abordado.-----

-----Em segundo lugar expressar a minha solidariedade e a solidariedade de todos os elementos desta bancada, para com a Filarmónica Pátria Nova, de Côja, vítima dos últimos acontecimentos tão nefastos e esperar que a solidariedade de todos se manifeste em apoios concretos, quer de instituições quer de particulares.-----

-----Gostava ainda de pedir esclarecimentos acerca do Protocolo que o Município estabeleceu com a Agência Portuguesa do Ambiente e que tem em conta a limpeza e reabilitação de linhas de água e de zonas ribeirinhas; em que termos é que este protocolo vai beneficiar o nosso concelho; espero que estas obras também se



Assembleia Municipal

desenrolem com a celeridade necessária para que estejam prontas a tempo da época balnear; gostaria de questionar sobre prazos e congratular-me com o montante que o nosso município conseguiu negociar e chamar a atenção para este assunto porque muitas vezes em termos públicos, parece que só os municípios vizinhos é que conseguem grandes feitos nas negociações que nós todos sabemos são difíceis com a tutela e parece que nós também conseguimos obter um montante muito razoável e espero sinceramente que esta limpeza e reabilitação das linhas de água e zonas ribeirinhas traga muitos benefícios também ao Turismo no nosso concelho.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **João José Figueira** que referiu “desejar um bom dia 25 de Abril para todos e um bom dia 26 e 27 e por aí adiante. Gostava de fazer dois pequenos comentários, seguidos de mais dois. O primeiro, que já aqui foi referido, é o de Arganil estar posicionado honrosamente num lugar de destaque entre as localidades onde é melhor viver na zona centro do país e no contexto nacional; acho que é motivo de orgulho para nós. Na Assembleia passada eu disse que havia algumas dificuldades na comunidade dos estrangeiros, relacionado com as más vias de comunicação e por outras razões, mas apesar de algumas fragilidades que temos no território, ainda assim, é um município referenciado como tendo qualidade de vida no panorama regional e nacional.-----

-----A segunda nota é relacionada com a instalação em Arganil de um pólo do Conservatório de Música de Coimbra; acho que é uma excelente notícia para um concelho que gosta de se orgulhar do número elevado de bandas de música, e espero, e lanço o desafio à Câmara Municipal e também às Juntas de Freguesia onde existem bandas filarmónicas, que possam tirar proveito da instalação desse núcleo do Conservatório em Arganil, e que possam canalizar e criar dinamismo para trazer os jovens ou os menos jovens a frequentar essa possibilidade, de forma a incrementar ainda mais a importância e relevância que as bandas filarmónicas têm no nosso concelho e na nossa região. Era bom que pudessem transportar os alunos para virem frequentar essa escola, se articulassem, não só as bandas filarmónicas do concelho mas, porventura, até dos concelhos limítrofes; estou a pensar, por exemplo, em Avô, que pudesse tirar partido disso. É uma ótima notícia, sou um entusiasta da “coisa musical” e, portanto, acho que é uma excelente notícia para um concelho que gosta de se destacar como tendo várias bandas filarmónicas; acho que é uma excelente oportunidade e as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal deviam atender a isso e criar mecanismos, como referi há pouco, para trazer frequentadores para esta escola.-----

-----Duas pequenas notas acerca de coisas que aqui ouvi e peço desculpa por estar a comentar. Primeira, a Europa não está em paz há 60 anos, a Europa só está em paz absoluta há 25 anos. Segunda nota, esta relacionada com a valorização dos recursos endógenos humanos; sim, é muito importante que as pessoas de Arganil se possam fixar, mas eu não me sinto diminuído por ser arganilense e não viver cá,



Assembleia Municipal

porque da mesma forma que gosto de ser acolhido nos destinos onde trabalho e vivo, acho que Arganil também pode ser um pólo de interesse e de atractividade para o emprego de quem nos procura; considero ser tão importante eu ser bem recebido noutro lado, como muitos dos que aqui estão, e vice-versa; criar as condições para a valorização dos recursos humanos do concelho, sim, sem dúvida, mas tão importante quanto isso é nós podermos também ser pólo de acolhimento de quem nos procura, porque eu gosto de ser bem recebido, e porque eu praticamente nunca trabalhei no concelho de Arganil, a maior parte da minha vida profissional foi noutros concelhos da região e do país, e continua a ser, espalhado pelo país, de uma ponta à outra, literalmente, e gosto de ser acolhido e sou recebido muito bem, portanto espero que Arganil tenha essa grandeza, de poder não só valorizar os seus próprios recursos humanos, como também acolher, e estou certo que sim, sei que o fazem, de acolher também os recursos humanos que nos procuram, que nos valorizam a todos e que nos enriquecem.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Carlos Nobre** que referiu “quero fazer duas observações; a primeira tem a ver com os treinos do Rali, da marca Hyundai; depois de ver o entusiasmo dos fãs à volta dos referidos treinos, queria pedir ao executivo camarário para continuar a fazer tudo por tudo, como tem feito até aqui, para que, enquanto não for possível voltarmos a ter o tão esperado Rali de Portugal no nosso concelho, pelo menos os treinos, continuarem a ser uma realidade, pois acho que é visível a toda a gente, tanto nas redes sociais, como quem circula pelo concelho, toda a movimentação que mesmo só os treinos trazem.

-----Na leitura do expediente não foi mencionado, e não me querendo substituir à Junta de Freguesia como entidade organizadora, no próximo fim-de-semana teremos a Cerdeira Convida; convidava todos a visitarem, sexta, sábado e domingo; tenho a certeza que não se irão arrepender.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente Assembleia Municipal** para referir que “esse convite foi enviado à mesa da Assembleia Municipal e já foi reenviado para os Senhores Deputados Municipais, a fim de estarem presentes na nona edição do Cerdeira Convida, cuja abertura decorre na próxima sexta-feira, pelas 19 horas.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta Freguesia Piódão** que referiu “gostava de abordar alguns assuntos, o primeiro para me referir ao último prémio que o Piódão ganhou; surgiu uma nova revista com o que de melhor existe em Portugal 5 estrelas e nessa primeira edição o Piódão apareceu como um desses marcos ou ícones do que de melhor existe em Portugal; para nós é um orgulho, é uma grande honra, para além dos prémios que o Piódão tem ganho ultimamente, este foi mais um. Para mim foi uma surpresa, não sabia que existia este guia, esta revista, e quando fui convidado pelo Senhor Presidente da Câmara para ir com ele a Lisboa receber o prémio, fiquei surpreendido. Não me surpreendeu pelo prémio atribuído,



Assembleia Municipal

propriamente dito, porque mais de 200 mil portugueses que votaram no que de melhor existe em Portugal, lá saberão porque é que votaram no Piódão. É uma enorme honra, para nós piódenses e penso que para os arganilenses, ter um marco deste simbolismo no concelho de Arganil. Há quem diga que tiraram o Rali de Portugal a Arganil, mas fiquem descansados que, o Piódão, não vão tirá-lo a Arganil. Quero agradecer ao município o esforço que tem feito para que isso também tenha acontecido, porque sem a ajuda do município essas coisas não se proporcionavam, apesar do Piódão estar bem visível, tem que haver alguns apoios. Também senti muita responsabilidade, pois cada vez há mais visibilidade no Piódão, mas os milhares de visitantes que lá vão também vão chamando a atenção para algumas lacunas que existem ainda no Piódão; e, se queremos atrair as pessoas, também temos que criar condições mínimas e relativamente às estradas, ainda há alguma coisa a melhorar, principalmente o acesso, no inverno; sabemos que no inverno o maior fluxo de turistas vem do lado da Serra da Estrela e a estrada que vem da Serra da Estrela para o Piódão, passando pela Vide, tem um piso que foi alcatroado há 40 anos e está uma miséria; pedia aqui, ao Senhor Presidente da Câmara e também ao colega Presidente da Câmara de Seia, que em tempos, no executivo anterior, tivemos uma reunião nesse sentido e não foi possível na altura uma candidatura em conjunto com os dois municípios, que fizessem mais pressão nesse sentido para ver se é possível reparar aquela estrada. Temos que ter tudo preparado, não vamos agora dizer que preparamos as acessibilidades de um lado, ou que nos interessa mais um lado; temos que reparar os acessos todos e depois as pessoas circulam por onde quiserem, entram por um lado, saem por outro, não podemos condicionar as pessoas a entrarem e saírem pelo mesmo lado, temos que dar liberdade às pessoas para circularem por onde quiserem. Agora, depois dos incêndios, existe um perigo acrescido naquela estrada, sem rails de proteção, pois desde que foi requalificada a estrada há uns anos atrás, em 14 quilómetros, desde o cimo da Moura da Serra até ao Piódão, com postes, manifestamente poucos metros de rails; há zonas muito perigosas, principalmente com o gelo e o nevoeiro, acho que devia haver alguma urgência nesse sentido, para se tratar desse assunto.-----

-----Brevemente, pelo que tenho conhecimento, a sala de visitas do Piódão, o largo, vai sofrer obras de melhoria, porque o piso está muito degradado; se vão reparar o largo, penso que no futuro devia ser lá evitado o estacionamento, porque quando há eventos, como foi o caso deste fim-de-semana, temos que andar a tirar os carros todos do largo e as pessoas dizem logo que parece outra coisa, mas também não há grandes alternativas para estacionamento, porque o estacionamento existente fora do largo, para as necessidades, é diminuto e penso que há condições para ter estacionamento alternativo; era bom a Câmara estudar o assunto, sem degradar a paisagem, estamos numa zona de declive, para arranjar plataformas para estacionamento não é fácil, mas acho que há possibilidade de se conseguir alguma solução, é questão de estudar o assunto e pedirem-nos a nossa opinião, se acharem que é importante.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente Assembleia Municipal** que referiu que “antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, e na sequência da nota de pesar proposta pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Pinheiro, e atendendo a que o Senhor António Lopes Machado foi, para além de director da Comarca de Arganil, para além de redactor da Comarca em Lisboa, durante mais de 50 anos, foi também um grande nome ligado ao regionalismo, com diversas funções exercidas, quer na sua Comissão de Melhoramentos, quer na Casa da Comarca de Arganil, proponho um minuto de silêncio em sua memória.”-----

-----A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em memória do Senhor António Lopes Machado.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente Câmara Municipal** que referiu que “antes de responder às questões que foram suscitadas, quero associar-me a algumas preocupações que foram aqui veiculadas por mais que um dos Senhores Deputados; refiro-me em concreto a uma preocupação partilhada, naquilo que decorre do acidente ocorrido em Gondelim, Penacova, e que teve consequências muito severas, particularmente materiais, mas também em termos de vidas humanas, pois faleceu uma pessoa, e outras que estão em estado crítico. Em relação a este tema temos estado em articulação com a Filarmónica, no sentido de encontrarmos, muito rapidamente, uma solução que lhes permita retomar a sua actividade normal.”-----

-----Também em relação ao IP3, curiosamente estes dois temas foram abordados pelas mesmas duas pessoas, relativamente à intervenção no IP3, pessoalmente, e é assunto que ainda não discutimos em sede de reunião de Câmara, pois é muito recente, pessoalmente não acho nada que seja uma boa notícia, e explico porquê: aquilo que estava contratualizado e que já tinha sido objecto de tomada de decisão por parte dos municípios abrangidos por essa solução, mas o que estava contratualizado era um estudo prévio que estava formalmente ainda em execução, que tinha sido colocado à apreciação dos municípios, e que consistia num novo traçado com perfil de auto-estrada, numa primeira fase que faria a ligação desde a A13 em Coimbra até entroncando com o IC12, na zona de Tábua, e das duas soluções havia uma relativamente à qual a generalidade dos municípios já se tinha pronunciado, onde estava preconizado um nó de acesso na zona de S. Pedro de Alva; essa era a solução que entendemos que seria a desejável, era a solução que para toda esta vasta região do interior do distrito era a mais favorável, e também não tenho dúvida que seria a mais rápida. Devo dizer que este estudo prévio foi já contratualizado há alguns anos, já está com muito tempo de trabalho, e aquilo que esta notícia vem significar é que provavelmente vamos entrar numa nova fase de um novo estudo prévio para este novo traçado, o que significa claramente que não vamos ter uma solução num horizonte temporal muito curto; contrariamente àquilo



Assembleia Municipal

que é a vossa percepção, legítima, pessoalmente, entendo que esta solução não só não é a melhor como, objectivamente, vai atrasar todo o processo.-----

-----Relativamente às restantes opiniões aqui manifestadas pelo Senhor deputado Miguel Pinheiro, devo dizer que, em política, particularmente num regime como o nosso, que é aquele com que nos identificamos, o regime democrático, o papel das Oposições é dizerem mal ferozmente, ou menos ferozmente, de quem está no poder e isso acontece em Arganil, como acontece em todos os concelhos, independentemente de ser o concelho de Arganil, de Tábua ou de outro qualquer; obviamente que a nós é algo que não belisca, temos o nosso percurso muito bem definido e encaramos até com naturalidade as críticas que aqui apresentou, não estivéssemos nós num regime democrático.-----

-----Em relação às questões concretas que coloca, não deixa de ser curioso e isso foi uma situação que foi discutida na última reunião de Câmara, assunto que me apressei a esclarecer, para que não ficasse qualquer equívoco, o Senhor Vereador Rui Silva até me acusou de falta de cultura democrática, pelo facto de, supostamente, ter apresentado um projecto de intervenção no espaço público como definitivo e aquilo que me apressei a esclarecer e por isso dizer-lhe que na segunda-feira da semana passada tivemos oportunidade de discutir com os projectistas, que não se trata de uma solução acabada e entendemos que este é um processo demasiadamente importante para a dinâmica da sede do concelho, isto não tem a ver apenas com o espaço urbano ficar mais bonito, é um projecto muito mais abrangente do que esse objectivo imediato, mas entendemos que é um projecto que deve ser participado, que deve haver todos os contributos úteis, particularmente tendo em consideração aquilo que é o ponto de partida. E relativamente ao ponto de partida, dizer que também retirou uma conclusão que não é factual; aquilo que temos contratualizado com este gabinete de projectistas e que vai ser cumprido, tem a ver com dois projectos de execução distintos; um relativamente à área que já constava do projecto anterior e que ainda não tinha sido objecto de intervenção e relativamente a essa área aí a decisão de intervenção será muito mais pacífica, muito mais linear e não suscita questões de maior, assim seja, de facto, uma solução melhor do que aquela que vínhamos a implementar e penso que será um assunto pacífico. Objectivamente e relativamente àquilo que já está intervencionado, não há qualquer decisão; tive oportunidade, quer em sede de reunião de Câmara, quer em sede dessa reunião, de clarificar muito bem essa situação. Relativamente àquilo que já está intervencionado é uma decisão que já não se pode tomar de ânimo leve, pois foram feitos já investimentos significativos e, apesar do resultado como todos reconhecemos, não ter sido melhor, o que é certo é que o investimento foi feito e sublinho aqui, que é uma decisão que não tomaremos isoladamente em sede nem do executivo nem da Câmara Municipal, e relativamente à qual é importante que haja uma participação mais alargada. Clarificar essa situação. Relativamente ao calendário, de acordo com aquilo que está contratualizado, com os contributos positivos que foi possível reunir, e considerando também a tramitação própria da



Assembleia Municipal

contratação pública e por outro lado o calendário de maior fluxo de pessoas no centro da vila, contamos que no mês de Outubro seja possível retomar as obras na zona do espaço urbano da vila de Arganil.-----

-----Relativamente às demolições do pós incêndio, é um assunto que temos vindo a articular com as Juntas de Freguesia, que foram sinalizando os imóveis que careciam de intervenção, que ofereciam risco, e nessa sequência foram sendo desenvolvidos os procedimentos para fazer estas intervenções. Por um lado temos já 103 imóveis nesta situação de terem que ser objecto de intervenção, e por outro lado associar-me à preocupação que suscitou, naquilo que tem a ver com o património, e para além desta questão do solar de Vila Cova temos desde logo também o solar de Anseriz; foram, aliás, dois dos imóveis relativamente aos quais tinha manifestado preocupação perante a CCDRC e perante os organismos do Estado; infelizmente, naquele caso, não foi possível ter uma solução que permitisse salvaguardar aquele património. Em relação a tipologia de intervenção, o que posso dizer é que me alertaram que considerando a localização do imóvel, era muito fácil que houvesse derrocadas para a parte posterior do edifício, que poderiam facilmente deslizar na encosta e eventualmente apanhar alguma pessoa ou algum veículo, ou bens que estivessem nessa imediação, e a solução técnica que me foi sugerida foi a demolição. Houve, contudo, a preocupação que também partilho, relacionada com a preservação das cantarias, porque como devem imaginar, havia alguns interessados em fazer a intervenção “gratuitamente” com a possibilidade de levarem as cantarias de lá para fora; solução, como é óbvio, à qual nos opusemos.-----

-----Relativamente à TRANSDEV, aguardo, por parte da administração da empresa, uma decisão; depois de um escrito que andou aí a circular, tive já oportunidade de reunir com a administração, de dar conta dos nossos pontos de vista e, neste momento, não me parece positivo estarmos aqui a veicular outro tipo de argumentos, dizendo que previsivelmente, até ao fim do mês, teremos alguma novidade relacionada com este processo.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Luis Gomes, relacionadas com a EN 342, do contacto mais recente que tive com a Infra-estruturas de Portugal, resultou a informação e é informação da última semana, de que estão a aguardar a entrega dos documentos de habilitação por parte do empreiteiro; a adjudicação já terá acontecido, seguidamente, e espera-se que seja no prazo de 10 dias, pois, regra geral, para a entrega dos documentos são dez dias úteis, seguidamente será feita a assinatura do contrato, contrato este que carece também de visto por parte do Tribunal de Contas que, como sabem, tem 30 dias para emití-lo; a previsão que me foi transmitida pela Infra-estruturas de Portugal é que ainda durante o mês de Junho a obra possa estar no terreno.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado António João Lopes, não tenho presente que tenha sido recebida alguma comunicação por parte da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva relacionada com uma nova proposta



Assembleia Municipal

fundamentada nos termos que estão definidos, acerca da toponímia que refere, mas a todo o momento pode ser suscitada.-----

-----Tomei nota sobre a passagem de peões junto ao Hotel de Arganil e temos vindo a participar à GNR a reincidência sistemática de um conjunto de actos de vandalismo, em vários pontos da vila, sendo que esse é um daqueles que, reiteradamente, tem vindo a sofrer esses mesmos actos de vandalismo.-----

-----Sobre os oleões, parece que as empresas que estão licenciadas para este tipo de operação ainda não vêem com interesse a recolha no espaço público deste tipo de sub-produto; já fizemos dois contratos, com duas empresas diferentes, e infelizmente ainda não foi possível ter resultados de acordo com as nossas expectativas, relacionados com esta matéria.-----

-----Sobre as intervenções em imóveis, referiu situações diversas, imóveis privados, e aqui como sabe, a propriedade privada é praticamente inatacável.-----

-----Quanto às questões concretas relacionadas com o município, naquilo que tem a ver com o saneamento em Côja, estamos em articulação com a Águas do Centro Litoral, a tentar implementar uma solução que resolva esse problema, que tem esbarrado com algumas dificuldades na obtenção de um terreno particular. Quanto à questão do estacionamento para deficientes é uma matéria que está clausulada particularmente na sede do concelho, no projecto de requalificação do espaço público. Em relação à Comarca e ao Jornal digital, estamos já em fase de testes da nova plataforma e, entretanto, poderemos facultar-lhe as credenciais para poder ter acesso, dizendo-lhe, contudo, que é uma aplicação que não está ainda no seu formato final. Registo também o apontamento que fez relativamente ao Wi-fi no Parque do Prado em Côja.-----

-----Relativamente às intervenções da senhora deputada Tamára Simão, partilhar da leitura que faz desta data festiva que hoje assinalamos no nosso país.-----

-----Agradecer as palavras da senhora deputada Fernanda Pacheco, relacionadas com as intervenções determinantes que foram concluídas nas escolas básicas do primeiro ciclo e jardim de infância de Sarzedo e Pomares e dar-lhe conta daquilo que é uma intervenção esperada na Escola Secundária de Arganil; o entendimento informal a que cheguei com a Senhora Secretária de Estado, era que no Orçamento do Ministério da Educação, para o ano de 2018, fosse considerada uma verba de cerca de 400 mil euros e cerca de 600 mil para 2019, havendo necessidade entretanto de protocolar esta matéria para que seja o município a fazer a intervenção e a assumir o papel de dono da obra, assumindo o Ministério da Educação esta comparticipação.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado André Vicente, partilho totalmente das reflexões que aqui apresentou, das leituras que faz, e dizer que algumas vezes também me questiono acerca desta cultura do politicamente correcto, onde muitas vezes parece que estamos hoje com menos liberdade do que aquela que foi conquistada há uns anos atrás. Esta cultura do politicamente correcto não é compaginável com a data festiva que hoje assinalamos e como disse e muito bem,



Assembleia Municipal

citando Pacheco Pereira, o limite, naquilo que tem a ver com a liberdade de expressão, é quando se entra no campo do crime; os apontamentos que faz são apontamentos totalmente pertinentes, particularmente numa data tão importante como aquela que hoje se assinala.-----

-----Relativamente à ETAR da Relvinha, a minuta do contrato foi já aprovada na última reunião de Câmara, entretanto será submetida a visto do Tribunal de Contas que, como disse há pouco, tem 30 dias para emitir o visto e o que se preconiza é que de seguida se possa fazer esta intervenção.-----

-----Relativamente ao wi-fi for you, estamos inscritos e aguardamos a candidatura da primeira chamada, dizendo que temos tudo pronto para podermos abraçar este projecto, que é importante para o território.-----

-----Quanto à intervenção do Senhor Deputado Miguel Teixeira, relacionada com as Bolsas de Estudo, estou a olhar para o cronómetro, é uma matéria acerca da qual temos vindo a reflectir bastante, reconhecendo que há uma ação social escolar do ensino superior que é assumida pelo Ministério da Educação; daquilo que tem sido a articulação que temos feito com as instituições de ensino superior, há instrumentos de redundância quando falha a ação social escolar genérica, e isto acontece quando uma família normal, no dia seguinte à data para a candidatura à ação social escolar fica em desemprego, ou acontece alguma situação superveniente, mas é algo que implica uma solução articulada com as instituições do ensino superior.-----

-----Relativamente às questões suscitadas pela senhora deputada Maria José Silva quanto ao protocolo celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, para intervenção nas linhas de água, e que tem uma envolvimento financeira de 400 mil euros, este protocolo visa intervencionar as linhas de água da Ribeira de Pomares, que no pós incêndio tiveram consequências muito severas; está também considerada uma intervenção na Ribeira de Folques, junto ao Mourão e ainda uma intervenção no açude do Sarzedo. Aquilo que está inerente a este protocolo é que a Agência Portuguesa do Ambiente é que desenvolve os projectos de execução, previsivelmente serão entregues no decurso da próxima semana, e daí para a frente o município assumirá o papel de dono de obra.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado João Figueira, naquilo que se refere ao pólo do Conservatório de Música, trata-se de uma aposta importante por parte do município, desde logo porque assume valores muito significativos, com a aquisição de instrumentos musicais, mas ao mesmo tempo também quero sublinhar o papel muito interventivo, muito decisivo, por parte das filarmónicas, que estão a apostar muito nesta nova resposta e, aliás, estão a ser absolutamente determinantes para o funcionamento do ponto de vista daquilo que é a “matéria-prima” para o funcionamento deste pólo do Conservatório de Música de Coimbra, em Arganil.-----

-----Quanto às restantes intervenções, partilhar das palavras do senhor deputado Carlos Nobre, bem como relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, aproveitando para dizer que no âmbito ainda do programa sete maravilhas – aldeias, vai entretanto ter início um roteiro, por parte da RTP, e



Assembleia Municipal

teremos aqui um programa alargado no nosso concelho no dia 30 de Maio relacionado com esta temática.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** para “fazer dois comentários: Senhor Presidente, o papel da Oposição não é só dizer mal, não fique com essa ideia; espero e conto, quando em breve, o PSD passar à condição de Oposição, o que conto é uma Oposição firme, sustentada e incisiva sobre os aspectos que eventualmente estejam a correr menos bem e é isso que terá da nossa parte, dentro obviamente da matriz democrática e construtiva, que nos define enquanto partidos numa democracia madura; será isso que conto da vossa parte e que terá certamente da parte do Partido Socialista.”-----

-----Em relação às obras, ficamos esclarecidos com a intenção de começar em Outubro de 2018 e tem de nós todo o interesse e toda a participação que entender, aliás, devo referir que a reunião que tiveram de esclarecimento com os vereadores, julgo eu, que foi solicitada pelo engenheiro Rui Silva, vereador do Partido Socialista, e foi dele essa demarche.”-----

-----Para concluir, quero reforçar, dando seguimento a essa ideia que não é só dizer mal, que fico bastante agradado com este protocolo com a APA e acho que é uma excelente notícia e é o princípio duma intervenção sustentada no território, que é necessária.”-----

-----Ainda uma coisa de que me esqueci há pouco: congratular-me e chamar a atenção para a iniciativa da União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, que entregou o primeiro cheque de incentivo à natalidade, recentemente; é uma iniciativa prática de investimento no combate à desertificação, ao repovoamento e a dar a volta a este deserto demográfico que nos afecta.”-----

-----Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal **Tamára Simão** que referiu que “sendo eu uma europeísta convicta, não podia deixar de responder à questão dos 61 anos; se calhar não são mesmo 61 anos, se calhar são mais, pois antes da Comunidade Económica Europeia já tínhamos a CEECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e por isso é que a história é tão importante. Convém lembrar quem assinou o Tratado de Roma, quem assinou o Tratado da SECA, quem assina o Tratado de Lisboa, quem foram as potências que se defrontaram de facto na Guerra Fria e onde é que ocorreu de facto essa Guerra Fria. E por isso é que a história é tão importante e volto a dizer 61 anos, mais do que 61 anos, estamos em paz.”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **João José Figueira** que referiu que “gostava de responder e concordar com a Senhora Deputada, e reiterar o quanto considero que a história é importante; eu sou historiador, é a minha profissão, e por isso não posso estar mais de acordo com a Senhora Deputada; mas quanto ao que disse, cumpre-me dizer que a última guerra que houve na Europa foi na região



REALIS

Assembleia Municipal

dos Balcões, em 1991/1992, pelo que, até 2018 passam apenas 26 anos, não passam 61; é por isso que a história é importante, mas mais importante é conhecê-la.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente Assembleia Municipal** dizendo que “julgo que interpreto bem aquilo que foram as intervenções das diferentes bancadas, relativamente à tragédia que aconteceu em Gondelim, na qual estava presente a nossa Associação Filarmónica Pátria Nova; aproveitando a presença do Senhor Presidente da Direção da Filarmónica e também do Senhor Maestro, que hoje está aqui noutra qualidade, queria transmitir um voto de solidariedade de toda a Assembleia Municipal perante aquilo que aconteceu e acreditar que, todos em conjunto, seremos capazes, de alguma forma, de renascer para uma nova fase da vida da Filarmónica. Queria deixar estas palavras em nome de toda a Assembleia Municipal.”-----

ORDEM DO DIA

1 - Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança de Arganil.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** que explicou que “contactados alguns dos membros que iriam tomar posse hoje, estes manifestaram indisponibilidade de o poderem fazer hoje, pelo que, este ponto, é a minha proposta, passará para a próxima Assembleia Municipal, uma vez que hoje não era possível que a maioria dos membros pudessem estar presentes nesta tomada de posse.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, adiar esta tomada de posse para a próxima Assembleia Municipal.-----

2 - Apreciação e votação do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Presente um exemplar da proposta do Regimento da Assembleia Municipal de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “foi distribuída uma proposta base, é também essa a competência do Presidente da Assembleia Municipal, que faz um conjunto de adaptações legais, e, como principal alteração, concretiza um método de distribuição dos tempos, que está em anexo ao documento. Relativamente ao período Antes da Ordem do Dia é proposto uma distribuição de cinco minutos por cada partido/independentes, e o restante tempo distribuído através do método de Hondt. Estava nesta versão preliminar proposto que a Câmara Municipal dispusesse de um tempo de 15 minutos; proporia que fossem



Assembleia Municipal

vinte minutos, pedindo desde já ao Senhor Presidente que, no futuro, se for possível, possa cumprir este tempo. Relativamente aos casos específicos da Ordem do Dia, manteríamos o mesmo princípio da distribuição de tempos com o mesmo tempo máximo para cada ponto; no caso dos documentos previsionais e da prestação de contas, haveria uma duplicação dos tempos, ou seja, neste caso concreto o PSD com 60 minutos, o PS com 43, CDU 7 minutos, Independentes 10 minutos e a Câmara Municipal 40 minutos. Naturalmente que este é o ponto em que discutimos a forma como nos organizamos nesta Assembleia Municipal. Este documento não é um documento fechado e por isso abria agora um período de inscrições para surgimento de propostas de alteração e de melhoria, que possamos fazer a esta proposta base do nosso Regimento da Assembleia Municipal. “-----

-----Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal **Ana Sofia Antunes** para dizer que “tive oportunidade de fazer uma análise da proposta de Regimento que foi distribuída; genericamente, procede-se à adaptação do Regimento da Assembleia Municipal às normas que constam da Lei nº 75/2013, adaptação essa que ainda não havia sido realizada quanto dos Estatutos da Assembleia Municipal, também não compreendo porquê, uma vez que já lá vão cinco anos, mas muito bem, antes tarde do que nunca. Genericamente a proposta que foi distribuída, em nosso ver, cumpre os objectivos estabelecidos, a adequação a esta norma legal, não temos nada a apontar quanto à proposta de distribuição de tempos. Pedi apenas a palavra para, acima de tudo, fazer algumas propostas de correção, que são aspectos de pormenor, mas que escapam no meio do *copy paste*; isto para dizer que, no sentido de que possamos ter uns estatutos mais perfeitos, chamar a atenção que no nº 4 do artigo 2º, onde se refere que não podem ser alteradas as propostas recebidas da parte da Câmara Municipal, que respeitem às alíneas a), i) e m) do nº 1 deste mesmo artigo segundo, deve querer dizer-se certamente é alíneas a) i) e m) do nº 2. Relativamente ao nº 5 deste mesmo artigo segundo, esta referência à alínea f) do nº 1, entende-se também que deverá ser alínea f) do nº 2. O nº 2 do artigo 3º termina com a expressão *nos termos do artigo 31º*; é certamente um lapso, tem que ser acrescentado artigo 31º da Lei 75/2013, sob pena de ficarmos a pensar que é o artigo 31º do próprio Regimento. Na alínea g) do nº 1 do artigo 6º, termina igualmente com uma referência à alínea a) do nº 2 do artigo 25º; uma vez mais, das duas uma, ou referimos a alínea a) do nº 2 do artigo 25º, da lei 75/2013, ou devemos fazer, a meu ver mais adequado, a remissão para a competência prevista na alínea a) do nº 3 do artigo 2º deste Regimento, porque não precisamos de ir invocar a lei para uma competência que já está expressamente prevista no próprio Regimento. No nº 5 do artigo 10º deve fazer-se referência à alínea c) do nº 1, e não apenas à alínea c) do presente artigo. Relativamente ao nº 2 do artigo 15º, onde se lê da Ordem do Dia constará, parece-me mais adequado que conste da Ordem do Dia das sessões ordinárias constará, uma vez que esta apresentação de informação escrita só acontece nas reuniões ordinárias, e não nas reuniões extraordinárias. No nº 6 do artigo 51º, onde se lê nos termos do artigo 57º, deve ler-se nos termos do artigo 56º



Assembleia Municipal

e onde se lê nos termos do artigo 55º deve ler-se nos termos do artigo 54º. Por fim, no nº 3 do artigo 52º também há que alterar artigo 57 para artigo 56. São coisas que escapam quando ainda não fizemos a revisão final da alteração dos artigos; convém de qualquer forma fazer a harmonização de todo o texto em termos de acordo ortográfico, não sendo eu, uma defensora do novo, é o que está em vigor e deve ser aplicado a todo o texto. Por fim, há uma questão que gostaria de levantar, e esta é mais de conteúdo, e que não se prende com nenhum incumprimento da proposta distribuída face àquilo que consta da Lei nº 75/2013; a incoerência que eu detecto advém da própria lei; deixo para reflexão. Penso existir uma contradição entre aquilo que foi transposto nos nossos estatutos para a alínea a) do nº 1 do artigo 3º, e aquilo que consta da primeira parte da alínea a) do nº 1 do artigo 6º, ou seja, se na primeira referência se atribui a competência de elaborar a proposta de projecto de Regimento à Assembleia Municipal, na primeira parte do nº 1 do artigo 6º essa competência é atribuída à Mesa; a meu ver isto é contraditório e por isso entendo, proponho, que seja considerado para reflexão que ao nível da alínea a) do nº 1 do artigo 6º ficasse previsto que compete à Mesa propor a constituição de uma Comissão que elabore o projecto de revisão do Regimento. Penso que é assim que é a regra procedermos, e das experiências anteriores que tenho, de trabalho em Assembleias Municipais, que quando se constate efectivamente necessidade de revisão do texto regimental, que seja constituída comissão para esse efeito.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** dizendo que “a minha posição quanto a este documento parece-me extremamente incorrecto vir, no 25 de Abril; no 25 de Abril tentamos promover a liberdade e o que é que acontece neste documento? Restringimos a liberdade. A vida da Assembleia Municipal devia ser fundamentalmente para debater projectos a médio e a longo prazo, para que fossem discutidos, fossem debatidos, fossem encontradas soluções, que o executivo, por isso se chama executivo, e tem de ter um trabalho extremamente longo para pôr de pé os projectos, o que acontece é que nós reduzimos o tempo da Assembleia Municipal. Chegamos aqui às 10.00 horas e às 13.00 horas mais ou menos todos estamos com vontade de ir embora; são 3 horas; devíamos tentar sim promover a Assembleia. Todas as pessoas que eu tenho encontrado, da zona de Arganil, que tenham participado na Assembleia, dizem que isso é uma estopada, que não se resolve nada; tudo o que lá fazemos é ouvir os assuntos em que não podemos votar e as propostas que fazemos até há muito poucas propostas, para os novos que estão agora pela primeira vez, eu já estive no mandato anterior, e houve aqui muito poucas propostas; propostas de desenvolvimento económico; o que nós devíamos ser capazes era de dignificar a Assembleia, criar condições para promover alguns debates e esses debates toda a gente conhece, porque todos, uns com formação mais económica outros mais cultural, outros mais científica, outros mais turística, seja o que for, todos esses projectos é que iriam dar a possibilidade do executivo ter um programa que deve ser um programa de Janeiro a Dezembro; qualquer empresa, pequena que seja, tem um programa de trabalho para o ano.



RPALus

Assembleia Municipal

Admira-me como é que a Câmara de Arganil, que tem 23 milhões de euros para este ano e 180 pessoas a trabalhar, nos apresenta um programa, em Novembro, extremamente limitado; depois vai-se fazendo coisas ao longo do ano, mas o correcto e agora que quase toda a gente já passou por formação em economia, em gestão de pessoal, em desenvolvimento autárquico, parece-me que esse é que era o ponto fundamental. Dar 3 minutos, 5 minutos ou 10 minutos, não tem jeito nenhum; não estamos aqui a atingir a essência da Assembleia Municipal; reparem que a Assembleia Municipal surgiu, na Constituição de 1976, para reunir as opiniões de 40, 50 pessoas, que iriam dar o seu contributo relativamente teórico, porque depois havia a Câmara que fazia o trabalho executivo, por isso é que cá estão representantes da Câmara; se não fosse isso, podíamos dispensá-los completamente e o que acontece é que eles é que nos dispensam completamente; eles e todos nós; dispensam-nos completamente porque as propostas que fazemos raramente têm tradução porque o programa da Câmara é feito pela Câmara; o programa da Câmara devia reunir as opiniões da Assembleia Municipal, aqueles aspectos teóricos, por exemplo, hoje propus que alguns edifícios significativos fossem relativamente trabalhados intelectualmente pela Câmara; é evidente que são propriedade privada, mas sabemos que todos esses assuntos podem ser debatidos; logo, eu voto contra o Regimento, pela limitação dos tempos que nos é dada nesta área.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal **Nuno Espinal** para dizer que “estamos aqui a discutir um documento, que é o Regimento, e o João Lopes fez aqui uma abordagem que, de algum modo acho que tem alguma importância; fugiu um bocadinho ao tema, mas não deixou de ser pertinente. Falou nos tempos que são atribuídos, não propriamente aos Deputados, aos tempos que nos restam, quando queremos intervir, mas penso que nos tempos do funcionamento da própria Assembleia Municipal; isto não pode ser discutido no Regimento, penso eu, transborda o próprio Regimento; em meu entender o funcionamento de uma Assembleia Municipal é pouco eficaz relativamente àquilo que deveriam ser que são as exigências do próprio funcionamento político do Município. Nesta óptica da nossa participação, em termos da vida política do concelho, penso que o deputado municipal deveria ter uma proximidade maior com as populações ou pelo menos deveria vir para aqui reflectir os anseios e preocupações das populações; dou só um exemplo e peço desculpa ao Senhor Presidente e à Assembleia, de também estar um bocadinho a fugir da questão, mas vou ser rápido nesta questão de análise de discussão do Regimento; penso que já foram aqui colocadas questões muito importantes, de correção de algumas coisas que não estariam correctas, mas vou só dar um exemplo sobre a proximidade e a forma de nós nos podermos ser um reflector das preocupações dos munícipes em geral no concelho de Arganil: vem a propósito da demolição do prédio do Solar dos Mesquitas, que houve em Vila Cova; houve muitas perguntas feitas, eu sou deputado municipal e fizeram-me esta pergunta: afinal está a ser demolido o inicio, isto tem o protagonismo da Câmara



Assembleia Municipal

Municipal, o que é que vai suceder a seguir? Se tem o protagonismo da Câmara Municipal, o que é que está previsto para este espaço, ou este espaço vai continuar na posse dos privados? Foram muitas perguntas que me fizeram para as quais eu não tive resposta; perguntei ao Presidente da nossa União de Freguesias, ele disse que não tinha qualquer informação e eu penso que de facto o cumprimento da nossa missão como deputados municipais, passa por poder informar, mas também passa por a Câmara, neste caso o Executivo da Câmara, dar informações do que concretamente estava a passar-se no caso de Vila Cova.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “agradecer o conjunto de propostas que a Senhora Deputada Ana Sofia Antunes aqui fez e dizer que vou colocar a proposta a votação do Regimento com as alterações aqui sugeridas, uma vez que se trata de melhorar a forma e também o conteúdo deste Regimento e dizer que, relativamente à questão que colocou, também me parece adequado que possa existir uma Comissão, no âmbito da revisão do Regimento e isso ficar aqui consagrado. Não tenho nada a opor a isso, parece-me até uma proposta que melhora a redação deste nosso Regimento.”-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António João Lopes e também do Senhor Deputado Nuno Espinal, existe uma lei que enquadra o funcionamento da Assembleia Municipal e, este Regimento, de alguma forma, concretiza aquilo que está na lei e nós temos que nos organizar, pois se não houver uma definição de regras da forma como funcionamos, não temos uma estrutura organizada, mas temos uma estrutura desorganizada, uma anarquia e a nossa liberdade começa onde acaba a liberdade dos outros, a liberdade dos outros começa onde acaba a nossa liberdade. Julgo que este conjunto de regras é importante, havendo um equilíbrio entre aquilo que foi a representação parlamentar que os eleitores entenderam dar a cada uma das forças políticas presentes nesta Assembleia Municipal, com uma capacidade de intervenção mínima, ou adequada, para debater o conjunto de assuntos que devem vir a esta Assembleia Municipal. Uma nota apenas relativamente à questão do Plano; em Novembro ou Dezembro de cada ano, a Assembleia Municipal aprecia e pronuncia-se relativamente às Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal; esse é o tempo para discutir aquilo que são as prioridades estratégicas do Município em diferentes áreas; é isso que a Câmara Municipal tem obrigação de fazer, produzir um documento o mais abrangente possível e que os deputados municipais possam debater aqui, de uma forma clara, aberta e transparente, expressando as visões diferentes que são naturais em democracia.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Arganil, com as correções propostas.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



3 - Eleição de um representante das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “tenho uma proposta da bancada do PSD, de indicação do Senhor Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, para representar as Juntas e Uniões de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”.-----

-----Após o escrutínio, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor e cinco votos em branco, aprovar a eleição de José António Gomes da Costa, Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

4 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento da Casa das Colectividades de Arganil.-----

-----Presente um exemplar do Regulamento da Casa das Colectividades de Arganil, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Casa das Colectividades de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

5 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente um exemplar dos documentos de Prestação de Contas em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** dizendo que “o que nos cumpre dizer acerca deste ponto, apreciação da prestação de contas relativas ao período de 2017, compagina-se e é um reforço da posição já demonstrada pelo conjunto dos vereadores do Partido Socialista, que fazem parte do executivo da Câmara Municipal. Revemo-nos e sublinhamos a declaração de voto por eles apresentada e chamamos a atenção para as evidências que esta prestação



Assembleia Municipal

de contas trouxe, nomeadamente na confirmação de algumas chamadas de atenção que foram feitas na altura, já em 2016, quando foi apresentado o Orçamento e que chamavam a atenção para um Orçamento eleitoralista, ilusório, desequilibrado, empolado e enganador. O resultado de uma baixa execução das GOP é apesar de tudo previsível; ele demonstra uma baixíssima execução em áreas que para nós são fundamentais, chamava a atenção no campo da Proteção Civil na luta contra os incêndios, na ação social, absolutamente incipiente, no ordenamento do território, na proteção do ambiente e da conservação da natureza, que é nulo, na taxa de execução anual de investimento ao nível da indústria e da energia. Também não me parece que valha a pena neste fórum irmos escapelizar objectivo a objectivo, programa a programa, mas há demonstrações simbólicas que são importantes e julgo que num contexto em que vivemos, num território com fortes vulnerabilidades, tanto sociais como territoriais, nomeadamente falta de emprego, necessidade fundamental de ir desencantar capacidade de sedução do investimento externo e de carinho e apoio aos agentes económicos que neste momento estão implantados no concelho, esta execução demonstra que não foi essa a prioridade do executivo PSD. Chamava ainda a atenção para o baixíssimo investimento por exemplo ao nível das praias fluviais, o valor apresentado pode ser enganador, pode haver outro tipo de apoios que não estão expressos, mas apresentar um Orçamento e as rubricas não estão assim tão afastadas como isso, está uma a seguir à outra, em que se prevê gastar mais dinheiro em produtos para piscinas do que nas praias fluviais, é demonstrativo; claro que, depois na execução, acabou por até se gastar mais dinheiro nas praias fluviais, mas gastou-se o equivalente a 300 euros por praia fluvial. O Senhor Presidente poderá obviamente rebater estes números com outro tipo de apoios, como disse, que não estão expressos. Parece-nos que esta prestação de contas e o resultado do exercício de 2017, revelou-se ilusório, eleitoralista e não teve as preocupações que teria o Partido Socialista se fosse governo local. Não se preocupou em defender e valorizar o território, como é prova disso o fraco incipiente e deficitário investimento ao nível da proteção às vulnerabilidades e ao risco natural nomeadamente e sobretudo nos incêndios, seja na prevenção seja no apoio directo aos bombeiros, que me parece que poderia ser e deveria ser maior; na conservação da natureza, que também é uma forma de valorização do território, e aqui um parêntesis, daí a referência ao Protocolo com o poder central, o governo, a APA, para o investimento nas linhas de água me parecer poder ser um sinal de que esta rubrica para o ano não terá taxa de execução de 0,0%; não se preocupou em programar o futuro, em organizar o território, o investimento na rubrica do ordenamento do território é muito baixo; parece-nos que há pouca preocupação em investir nas pessoas, na sua qualificação, e sobretudo parece-nos haver poucas ideias de investimento na criação de condições suficientes para atrair investimento e para fomentar o emprego. Da mesma forma que não foram evidentes as preocupações em implementar estratégias de segurar o investimento externo e de manter investimento interno. Daí que a prestação de contas deste ano



Assembleia Municipal

que faremos daqui a um ano, virá por um lado confirmar esta matriz de comportamento ou e esperamos, ainda estamos a tempo de fazer esta chamada de atenção serena, não feroz, para que se possa mudar o rumo, para que se possa emendar a mão, investir realmente nas preocupações e nos anseios dos arganilenses e dos amigos de Arganil e de quem nos visita e aqui um parêntesis, a questão da sinalética não confunde só quem quer ir à escola, confunde muito quem anda na serra, confunde muito quem anda na freguesia de Pombeiro da Beira por exemplo; a cara do município também está na expressão mediática e pública das informações direcionais e nas placas informativas e patrimoniais que devem estar ao serviço de quem nos visita, e essa imagem transparece depois e é muito difícil combater uma imagem negativa nesse aspecto. Acho que vale a pena o Orçamento do ano que vem também reflectir um bocadinho de investimento na imagem pública, imediata e a expressão do município a quem nos visita. Por não reflectir a estratégia que o Partido Socialista teria e traçaria para o concelho, nós votaremos contra, não obviamente o documento, que é um documento contabilístico, votamos contra a perspectiva, a estratégia e a falta dela demonstrada pelo executivo camarário.”-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **António João Lopes** referindo que “como em sessões anteriores desta natureza, tenho votado contra as Contas porque as contas numa entidade desta dimensão eu sei que são significativas, mas não há dados nenhuns, não me chegaram dados nenhuns, que me permitam dizer que na alínea a) ou na alínea b) devia haver transferência de valores, correção destes ou daqueles e analisa de cada um deles em pormenor; eu só vos queria dizer que referir as contas através deste processo extremamente simples, de meia dúzia de folhas, com alíneas com determinado nome e determinado valor, é perfeitamente fictício. Na realidade eu até recortei de um jornal o anúncio que foi publicado no dia 13 de Março, da Associação Luis Pereira da Mota, que é uma Associação na zona de Lisboa, que tem actividades sociais, de desporto, etc, uma associação com cerca de 2 ou 3 milhões de euros anuais, não é da dimensão da Câmara Municipal de Arganil, que tem 23 milhões, um valor significativo e diz na nota que acompanha as contas: em referência ao ponto um as contas, informa que a ordem de trabalhos no ponto um, se encontra à disposição dos sócios os documentos no sítio institucional da Associação Luis Pereira da Mota, isto é para saber que todas as entidades têm associados, ou gente responsável; numa empresa pequena, com 3 ou 4 sócios, os sócios têm capacidade para analisar as contas; numa grande empresa como a Câmara Municipal de Arganil, os elementos eleitos têm que ter capacidade para isso; como por exemplo na Associação Luis Pereira da Mota os associados têm capacidade para isso, por isso eu voto contra por não haver até agora possibilidades de consultar alguns números que a lei diz quer é possível a qualquer cidadão consultar os documentos oficiais. Por isso eu espero que agora com a nova tecnologia informática, na nuvem, essas contas apareçam, de forma às pessoas poderem conhecer exactamente. Eu voto contra esta forma de apresentação de contas.”-----



RPALuz

Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 votos contra e 4 abstenções, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6 – Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2017.-----

-----Analisada que foi a proposta em apreço, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprová-la.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

7 – Apreciação do 15.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----Presente um exemplar do 15º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8 – Apreciação e votação do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo.-----

-----Teve a palavra o Senhor Deputado Municipal **Christophe Coimbra**, que disse “quero deixar algumas notas de opinião no que diz respeito à questão estratégica da proposta de contracção deste endividamento:-----

-----1ª Nota - A gestão de um município não deve estar sujeita ao amarrar de braços a que uma gestão de tesouraria curta obriga, pois sabemos bem que há investimentos que são necessários realizar que necessitam de uma capacidade de investimento superior aquela que a tesouraria diária permite. O investimento no município tem de ir além do investimento nas pequenas rúbricas e não pode constantemente travar investimentos em função de outros, pois só dessa forma poderemos fazer a diferença, daí ser para mim fácil de perceber que um financiamento estrutural para dar suporte aos grandes investimentos é necessário.--- Este ponto leva-me também a chamar a atenção de todos para aquilo que acho ser evidente. Financiar para investir no presente e promover o concelho para o futuro



Assembleia Municipal

não pode ser nunca comparado com contracção de dívida para cobrir investimentos ou má gestão do passado. Estes fundos se aplicados correctamente vão colocar mais e melhores condições à disposição dos munícipes. Pagar e ver algo de novo é diferente de pagar e continuar a ver o que já existia.-----

-----2ª Nota - Antecipar esta necessidade e analisa-la no momento certo permite não só uma negociação sem demasiadas pressas, aparentemente capaz de dar melhores resultados, bem como evitar que a tesouraria do município seja incapaz de dar respostas prontas à real necessidade dos nossos munícipes. Tivemos no passado recente um episódio que nos demonstrou que catástrofes acontecem e que à sua passagem deixam a necessidade de prestar apoio a quem mais sofreu. Um município sem capacidade financeira imediata nunca será capaz de prestar um apoio pronto, firme e com a qualidade necessária.-----

-----3ª Nota - Resistir à tentação de colocar como financiadores os fornecedores do município. A capacidade de financiamento do município não deve estar nunca sobre aqueles que todos os dias trabalham com o intuito de gerar valor e assim poderem fazer crescer os seus negócios. A dívida, essa, existe quase sempre e pode estar assente em várias origens. Aquilo que defendo e que acho que é certo, é que a mesma seja assente naqueles que existem com o propósito de emprestarem dinheiro e não no atraso de pagamentos a quem nos fornece. Parecendo evidente o que digo, é necessário referir que por vezes a tentação de colocar como financiadores os fornecedores é bastante grande pois não existem custos ditos directos, não há em condições normais uma taxa de juro associada, mas esta estratégia traz quase sempre custos directos ou indirectos bem mais prejudiciais que o suporte de juros que o financiamento bancário poderá trazer. Aqui apraz-me dizer, Sr. Presidente mantenha a estratégia que este município teve ao longo dos últimos anos. Mantenha o Diploma Pagamento Pontual como qual o município foi distinguido já este ano.-----

-----4ª Nota – Encaminhamo-nos a passos largos para o final do quadro comunitário existente, o Portugal 2020. Tal como no quadro comunitário anterior, e tendo por base a baixa taxa de execução que o mesmo leva a esta data, partindo também do princípio que a devolução de verbas a Bruxelas em nada interessa ao nosso País, tudo leva a querer que à medida que o 2020 se vá encaminhando para a sua fase final exista uma flexibilização adicional no sentido de levar à sua plena execução. Antevendo isso, é necessário que o município se posicione devidamente para atrair o mais possível os fundos comunitários em questão. Todos sabemos que estes projectos necessitam de dinheiro municipal para fazer face à parte não comparticipada, pelo que julgo que também por aqui a contracção deste endividamento possa ser vista como oportuna.-----

-----Análise de seguida 5 pontos que se prendem apenas e só com as condições do próprio financiamento:-----

-----Ponto 1 - Montante a financiar – 4 000 000€; - Tendo em conta o orçamento municipal e multiplicando esse valor pelo número de anos em que decorre o



Assembleia Municipal

financiamento, somando isto à actual condição financeira do município, o endividamento a contrair não pode na minha óptica ser visto como proibitivo.-----

-----Ponto 2 - Prazo de pagamento – 8 anos; - Acho legítimo que o Sr. Presidente e o seu executivo tenham no seu horizonte a realização de futuros mandatos, pelo que por esta ordem de ideias a responsabilidade do pagamento deste financiamento não poderá ser vista como um passar de responsabilidade para quem vier a seguir. Poderei por aqui afirmar que de acordo com o pensar de quem o propõem, a responsabilidade de o pagar será dos mesmos intervenientes que o irão gastar. O que acho positivo.-----

-----Ponto 3 - Taxa de juro – 0,95% + Euribor a 6 meses; - Não sendo eu um expert em condições de financiamento, tenho participado em algumas negociações com a banca nos últimos anos e a taxa de juro apresentada é na minha opinião bastante boa. Se a comparamos com a taxa de juro a que a nossa governação financia o estado neste momento para períodos semelhantes, devemos afirmar que é mesmo muito boa.-----

-----Ponto 4 - Finalidade do financiamento - Investimento; - O investimento para criação de melhores condições no nosso município é algo que tem que ser visto como essencial. Na lista de investimentos a afetar a este endividamento vemos obras de vital importância para o município, pelo que também por aqui vejo apenas mais-valias.-----

-----Ponto 5 - Taxa de esforço/capacidade da tesouraria suportar o pagamento desse financiamento. – Tendo por base a redução do esforço a que estava sujeita a tesouraria do município com o financiamento de médio longo prazo que terminou recentemente, tendo por consideração que o montante suportado mensalmente se equipara ao montante a que este novo endividamento obrigará, permite-me dizer que daqui não surgirá nenhum problema adicional aparente.-----

-----Termino a minha intervenção dizendo que a leitura que faço do que hoje nos é proposto que levemos a votação neste ponto é que vejo vontade do actual executivo em planear o que temos pela frente e um bom planeamento é essencial para que possamos ser bem-sucedidos. Sr. Presidente da Câmara, financie-se para criar mais e melhores condições de vida em Arganil certificando-se sempre que o dinheiro daí resultante é aplicado com total transparência naquilo que o nosso município mais necessita.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referindo que “partilho totalmente da análise que foi feita pelo senhor deputado Christophe Coimbra e sublinhar alguns aspectos que assumem particular pertinência; naquilo que tem a ver com a taxa de esforço vale a pena sublinhar que concluímos no passado dia 4 de Abril, o pagamento de um financiamento contraído em 2006, um empréstimo de saneamento financeiro, e que teve aqui um esforço anual de 500 mil euros, nos últimos 12 anos, acrescidos dos correspondentes juros. Foi um esforço que tivemos que assumir e cumprir, para pagar dívida; aquilo que estamos neste momento a considerar é exactamente a mesma taxa de esforço, os tais 500 mil



Assembleia Municipal

euros de esforço por ano, mas com a grande diferença de que se trata de um financiamento para fazer investimento. Os aspectos que considerou, as questões críticas que considerou, são totalmente pertinentes, há aqui decisões de investimento que são absolutamente estratégicas, naquilo que já está sinalizado, mas também naquilo que são as oportunidades que entretanto se colocarão, e permita-me que sublinhe aquilo que referiu mais uma vez, vale a pena sublinhar que aquele velho modelo do século passado e nem só, de se considerar que era possível fazer financiamento indirecto, por via dos fornecedores, por via dos empreiteiros, é um modelo com o qual nunca concordámos, um modelo que sabemos na prática e nos manuais, que é um modelo pernicioso para o funcionamento da economia, que gera desemprego, gera falências, gera insolvências, nem sequer é hoje, e bem, legalmente aceitável; nesta matéria, para não perdermos as oportunidades que se colocam presentemente, de concretização de investimentos que são absolutamente cruciais para o nosso concelho, entendemos que é o momento de se contrair este financiamento. Volto apenas a sublinhar porque este aspecto faz toda a diferença, estamos de facto a contrair um financiamento para fazer investimento, ganhando aqui também folga, não apenas naquilo que tem a ver com a concretização dos investimentos que estão aqui elencados, mas ganhando folga para concretizar outros investimentos que consideramos determinantes para o nosso concelho.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 abstenções, aprovar a autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo de médio e longo prazo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

9 – Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, por 8 anos, no montante de 4.000.000,00 euros.-----

-----Presente o Relatório de avaliação das propostas, que se dá por reproduzido e do qual se anexa cópia à acta, bem como a informação INF/DAGF SF/71, datada de 12/04/2018, da técnica superior Joana Duarte, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Miguel Pinheiro** para dizer que “mais uma vez, a nossa intervenção é de reforço da posição do Partido Socialista na Câmara Municipal. Vamos partir do princípio que a contracção do empréstimo é obviamente uma operação financeira regular e legítima por quem toma essa decisão, tem toda a legitimidade de o fazer. Antes da análise desta questão gostava só de voltar ao que o deputado Christophe Coimbra disse, para lhe dizer uma coisa: Senhor Deputado, quem paga os empréstimos que a Câmara faz, não é



Assembleia Municipal

o PSD nem é o PS, é a Câmara e a solidariedade que está na base da alternativa democrática e o respeito entre os compromissos assumidos institucionalmente estão acima das questões partidárias e são, no fundo, a base e o garante da credibilidade e da solidez das próprias instituições; portanto, o que nos preocupa é se vai pagar o executivo do PS ou o executivo do PSD; isso é irrelevante, porque as responsabilidades são assumidas pela Câmara Municipal e julgo que podemos elevar um pouco essa posição e a análise desta operação financeira não se compadece com quem a vai pagar ou não; é da sua oportunidade, da sua previsão e do seu enquadramento na saúde financeira do Município; o executivo está em funções, tem toda a legitimidade de o propor; pagará o Município de Arganil, certamente, no horizonte temporal que contratualizar.-----

-----Em relação à questão concreta deste pedido de empréstimo, parece-nos que ele vai em desacordo ou não se reflecte na suposta ideia de uma gestão e eficácia financeira que foi apregoada pelo executivo, nomeadamente pelo Senhor Presidente e por esta imagem de solidez nas contas, capacidade de previsão; credibilidade tem toda, não lhe retiro a credibilidade, mas, no fundo, esta capacidade de previsão e não estamos a falar de nada que se tenha passado no século passado, estamos a falar do reflexo que tem este empréstimo, nas previsões que nos foram apresentadas aqui, há 3 meses atrás, não foi há 3 anos nem há 30, foi há 3 meses atrás, onde nos foi apresentado um Orçamento, que foi votado, e foi apresentado como equilibrado, onde dele constavam todas as obras, todos os projectos, todas as intenções, que supostamente agora fundamentam a necessidade de contracção deste empréstimo. Estas discrepâncias entre o que foi orçamentado previsivelmente e apresentado, em 2017, e a suposta capacidade previsional e excelência de gestão financeira do município, não nos parecem ser confirmadas pela necessidade repentina deste empréstimo de 4 milhões; portanto, essas ambiguidades já referidas pelos membros do Partido Socialista no executivo, são reforçadas, são sublinhadas pela bancada do Partido Socialista e fundamentam o nosso voto de abstenção.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para fazer “alguns apontamentos que me parecem pertinentes e tentarei fazer uma abordagem que seja clara para todos; aliás, essa clareza já esteve presente na intervenção também clara do senhor deputado Christophe Coimbra, mas ainda assim, tomar as coisas mais perceptíveis; até há alguns anos atrás, era possível que os municípios se endividassem indirectamente de uma forma que, pessoalmente e há muitos anos defendo e defendi, como uma forma irresponsável; fugindo esse endividamento ao escrutínio da Assembleia Municipal, que era o tal endividamento indirecto, através dos fornecedores, não lhes pagando, ou pelo menos atrasando os respectivos pagamentos, e através dos empreiteiros, exactamente com o mesmo tipo de prática, não lhes pagando ou atrasando os pagamentos. Essa é uma prática que tecnicamente e pessoalmente relativamente à qual sempre me opus, muito antes do Estado, por via legislativa, a tornar obrigatória para as entidades públicas, que se querem entidades de bem, que devem honrar os seus compromissos a tempo e



Assembleia Municipal

horas e que não devem, por via dos seus comportamentos irresponsáveis, contribuir para as dificuldades das empresas, criando através desses comportamentos, situações de insolvência, situações de desemprego; tudo aquilo que estou a dizer está em toda a bibliografia produzida no país, basta ler os estudos do Professor Augusto Mateus, ou da União Europeia, que também tem documentos mais do que avalizados relativamente às centenas de milhar de postos de trabalho, que todos os anos são destruídas, por via desses comportamentos. Esse tipo de financiamento é um financiamento com o qual não nos identificamos. Aqui chegados, tendo presente que a capacidade de investimento é determinada na mesma justa medida pelos recursos disponíveis, só resta uma alternativa, ou não conseguimos concretizar muitos dos investimentos que são críticos para o concelho – e devo partilhar que corremos algum risco porque, por via da Lei dos Compromissos, fomos sendo obrigados a dilatar o início de algumas intervenções, que são críticas para o território, algumas das quais consideradas no âmbito de financiamentos comunitários e com prazos contratuais estabelecidos – ou não se executam os investimentos, situação que não nos parece a melhor solução, ou então arranjamos aquilo que é a solução que consideramos adequada, a solução correcta, que é recorrer ao financiamento de quem no mercado existe precisamente para conceder financiamento. Independentemente da solidariedade inter-geracional, devo dizer que, pessoalmente, e é opinião também legítima deste executivo, bem como dos deputados da bancada do PSD, é preferível contrair um financiamento para fazer investimento, é bem mais agradável contrair este tipo de financiamento, do que ter exactamente o mesmo tipo de esforço financeiro para andar a pagar dívida herdada. Como deve perceber, o estado de alma, numa situação ou na outra, é totalmente diverso. Eram os apontamentos que tinha para deixar; dizer que é precisamente com base naquilo que é a nossa pretensão, de manter o município como uma entidade sólida, de manter a excelência da gestão, de não existirem ambiguidades, que este financiamento é necessário; de outra forma, a alternativa é não fazer os investimentos e isso não é aquilo que é necessário para o concelho.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 abstenções, aprovar a contratualização de empréstimo de longo prazo, para investimentos até 4.000.000,00€, por 8 anos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

10 – Apreciação e votação da proposta de revisão orçamental n.º 1/2018.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/92, datada de 11/04/2018, da técnica superior Sara Rodrigues, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----



Assembleia Municipal

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que “esta revisão orçamental resulta expressamente do assunto que já aqui falámos, ou seja o Protocolo celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, para intervenção nas linhas de água. É um projecto que não estava considerado nem no Orçamento nem nas Grandes Opções do Plano que foram aprovados no ano de 2017; significa isto que para podermos avançar com esta intervenção, temos que incluir esta rubrica que é acrescentada, quer na perspectiva da receita, quer na perspectiva da despesa, com o valor também considerado no Protocolo celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão Orçamental nº 1/2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

11 – Apreciação e votação da proposta de Protocolos de entrega dos sistemas públicos de abastecimento de água, celebrados com quatro das Associações de Utilizadores do concelho de Arganil.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/32, datada de 01/02/2018, da técnica superior Inês Anjos, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Protocolos de entrega dos sistemas públicos de abastecimento de água, celebrados com quatro das Associações de Utilizadores do concelho de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

12 – Apreciação e votação da proposta da segunda alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2018.-----

-----Presente a segunda proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018, bem como toda a documentação anexa, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “trata-se de uma alteração meramente cirúrgica e só por isso é que surge depois de, na última Assembleia também termos feito aqui esta apreciação, e tem a ver com o seguinte: neste momento há dois funcionários, neste caso duas funcionárias do município, uma na área jurídica e outra na área financeira, que irão concretizar a mobilidade para outros municípios; no caso da jurista que tem residência em Mangualde, tem mobilidade para o município de Tondela, no caso da economista, que tem residência



RPALuz

Assembleia Municipal

no concelho de Miranda do Corvo, que tem também já a mobilidade concretizada pelo município de Miranda do Corvo. Trata-se apenas de considerar a substituição destas duas técnicas.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

13 – Apreciação e votação da Celebração de Contratos-Programa entre o Município de Arganil e as Juntas de Freguesia de Benfeita, Secarias, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça e a União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/96/2018, datada de 12/04/2017, da Técnica Superior Paula Duarte, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Contratos-Programa entre o Município de Arganil e as Juntas de Freguesia de Benfeita, Secarias, Pombeiro da Beira, São Martinho da Cortiça e a União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

14 – Para conhecimento – Listagem de Contratos plurianuais celebrados entre 1 de Dezembro de 2017 e 31 de Março de 2018, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/99, datada de 16/04/2018, da Técnica Superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----



RPA

Assembleia Municipal

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2018 a 31/03/2018, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Maria Paiva Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

Ricardo Pereira Alves

Odete Maria Paiva Fernandes